

## **Incertezas do sistema eleitoral brasileiro e reeleição – análise dos vereadores de Pelotas (RS), entre 1976 e 2004**

*The uncertainties of the brazilian electoral system and reelection:  
an analysis of Pelotas' (rs) city councilmen from 1976 to 2004*

Álvaro Augusto de Borba Barreto<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Aborda a problemática da reeleição e de outras variáveis a ela relacionadas. Centra-se no caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (RS), nos pleitos de 1976 a 2004, com o objetivo de identificar padrões e tendências que se mantêm ou se modificam no tempo, bem como realizar uma análise compreensiva dos significados políticos e institucionais desses fenômenos.

**Palavras-chave:** Reeleição; renovação parlamentar; sistema político; Câmara de Vereadores.

---

O sistema eleitoral brasileiro está permeado pela imprevisibilidade. Uma série de características combinadas – como lista aberta, cláusula de exclusão coincidente com o quociente eleitoral, distritos de magnitudes variadas, coligação e possibilidade de cada competidor lançar mais candidaturas do que o número de vagas – fazem com que partidos, candidatos e eleitores não tenham controle sobre o resultado do pleito e não se mostrem capazes de neutralizar as incertezas da disputa (Figueiredo e Limongi, 2002, p. 312). Relações simples e expectativas óbvias não se mostram efetivas: receber mais votos pessoais não assegura a reeleição, bem como perder votos não significa a perda do mandato, isso porque

o sucesso de um candidato (...) depende, entre outros fatores, da atuação do seu partido (que necessita ultrapassar o quociente eleitoral), do desempenho de outros partidos (caso haja coligação) e do número de votos que ele recebeu. (Nicolau, 2002, p. 228)

Apesar de a singularidade do arranjo eleitoral adotado no Brasil ser destacada em muitos estudos e de vários deles dedicarem-se a apontar os elementos que colaboram para tal situação (Fleischer, 1980, 1981; Santos, W. G., 1987, 1997, 2003; Mainwaring, 1991, 2001; Lima Júnior, 1991, 1993, 1997; Soares e D'aráujo, 1993; Ames, 1995, 2003; Nicolau,

---

<sup>1</sup> Doutor em História (PUCRS), Mestre em História (UFRGS), Especialista em Ciência Política (UFPe), Graduado em Comunicação Social (UCPe) e em Filosofia (UFPe). Professor Adjunto do Instituto de Sociologia e Política/UFPe. E-mail: [albarret.sul@terra.com.br](mailto:albarret.sul@terra.com.br).

1996, 2002, 2006; Santos, F. 1999; Schmitt, 1999; Carneiro e Schmitt, 2001; Samuels, 2000, 2003; Pereira e Rennó, 2001; Araújo, 2002; Leoni, Pereira e Rennó, 2003, Klein, 2007), raros são aqueles que estudam pleitos específicos ou séries de disputas para demonstrar como se processa tal incerteza.

O propósito deste trabalho é o de verificar empiricamente como opera a imprevisibilidade do sistema eleitoral brasileiro. Para isto, pretende acompanhar o desempenho individual dos candidatos à reeleição na disputa proporcional. Três elementos estarão em análise: o sucesso ou o insucesso na tentativa, a votação individual e o posicionamento na lista pela qual concorreu. A escolha de candidatos à reeleição deve-se ao fato de, desse modo, poder comparar o desempenho em duas disputas sucessivas.

Ao invés dos deputados federais, objeto da grande maioria dos comentários dos demais autores, escolheu-se observar os vereadores do município de Pelotas (RS), entre 1976 e 2004, em um total de 108 casos. Candidatos a vereador estão submetidos às mesmas regras que aqueles que disputam um lugar nas assembleias legislativas e na Câmara dos Deputados, sendo que a magnitude de Pelotas – 21 ou 15 cadeiras, dependendo do pleito – é superior a da grande maioria dos estados nas disputas para o Congresso Nacional. Igualmente, estudo anterior (Barreto, 2008) mostrou que, no período 1982-2004, não há diferenças substanciais entre as taxas de sucesso na tentativa de reeleição entre esses dois níveis: a média para Pelotas foi de 64,3%, um pouco superior a da Câmara dos Deputados, que ficou entre 57% e 60%. (Figueiredo e Limongi, 1996; Santos, W. G., 1997, 2002)

O fato de centrar o estudo em um município permite que o desempenho dos candidatos seja acompanhando em uma série história longa, o que não é usual nos estudos centrados no Congresso Nacional, que ficam restritos a uma (Nicolau, 2002) ou a poucas eleições (Figueiredo e Limongi, 2002). Assim, a pesquisa observará sete pleitos (1976, 1982, 1988, 1992, 1996, 2000 e 2004), sendo que a disputa inicial serve como referência para as comparações, as quais são realizadas conforme pares de disputas sucessivas, o que significa seis medições (1982-1976, 1988-1982, 1992-1988, 1996-1992, 2000-1996, 2004-2000).

Para facilitar a comparação, definiu-se que a filiação partidária dos vereadores na eleição de 1982 seria válida para o pleito de 1976, sem levar em consideração que essas legendas surgiram depois da reforma partidária de 1979, a mesma que extinguiu aquelas existentes, quando da disputa de 1976 (Arena e MDB). Isso significa dizer que, a rigor, a comparação entre as filiações é indevida, pois as eleições ocorreram em dois sistemas partidários distintos. Por outro lado, a diferença não é tão drástica quanto se possa pensar: todos os vereadores eleitos pela Arena em 1976 concorreram pelo PDS em 1982, e todos os que haviam sido eleitos pelo MDB disputaram pelo PMDB, com exceção de um, que filiou-se ao PDT.

Esclarece-se, por fim, que a Câmara foi composta por 21 cadeiras até o pleito de 2004, ocasião em que houve a redução para 15 vagas. Como será evidenciado, a mudança traz implicações significativas para alguns dos cálculos.

\* \* \*

O primeiro dos elementos a ser observado para entender o sucesso ou o fracasso na tentativa de reeleger-se é a comparação da votação do candidato entre duas eleições, haja vista que o eleitor pode (e acaba sendo estimulado a) escolher pessoas. Logo, a conquista do mandato depende, em muito, da performance de cada candidato.

Uma explicação a respeito do modo como foi calculado o desempenho: o número de votos varia de um pleito para outro – em razão do tamanho do eleitorado e dos índices de abstenção, de votos nulos e de brancos –, por isso evitou-se comparar o número absoluto de sufrágios, e escolheu-se o percentual de votos. Este foi estabelecido em relação ao total de sufrágios nominais (aqueles atribuídos a candidato ou legenda), e não sobre os votos válidos, isso porque, entre os pleitos de 1976 e de 1996, este conceito incluía os brancos, e a partir de 1997 estes passaram a ser considerados “votos inválidos”, ao lado dos nulos.

Os dados relativos a esse quesito são apresentados a seguir.

**Tabela 1** – Performance dos candidatos à reeleição na Câmara de Vereadores de Pelotas, a partir da comparação entre a participação relativa deles no total de votos nominais, quando conquistou o mandato e quando se reapresentou, no período 1976-2004

<b>Performance</b>	<b>Votação</b>	<b>%</b>
<b>Aumentou</b>	37	34,3
<b>Reduziu</b>	71	65,7
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100</b>

A tab. 1 mostra que 71 dos 108 candidatos diminuíram a participação relativa no total de votos nominais, contra 37 que melhoraram a performance (66% a 34%). A informação serve como indício da competitividade que se estabelece na disputa proporcional em Pelotas – o que não será explorado neste texto –, e de como é difícil a situação do detentor de mandato ao buscar a reeleição, haja vista que novos concorrentes conseguem atrair a atenção do eleitor e, conseqüentemente, erodir os votos anteriormente conquistados por ele. No entanto, essa perda pode ou não significar o fracasso eleitoral, como será mostrado a seguir.

**Tabela 2** – Resultado dos candidatos à reeleição na Câmara de Vereadores de Pelotas, a partir da comparação entre a participação relativa deles no total de votos nominais, quando conquistou o mandato e quando se reapresentou, no período 1976-2004

Situação	Reeleito	Não reeleito	Total
<b>Aumentou</b>	32	5	37
<b>Reduziu</b>	35	36	71
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>41</b>	<b>108</b>

Ao cruzarem-se os dados relativos à votação individual com a tentativa de reeleição, chega-se a resultados aparentemente paradoxais. Dos 37 vereadores que aumentaram a participação relativa no total de votos nominais, a grande maioria se reelegeu (32 ou 86,5%), mas cinco não tiveram sucesso (13,5%). Por outro lado, dos 71 que diminuíram a votação, praticamente a metade se reelegeu (35 ou 49,3%), enquanto 36 fracassaram (50,7%). O fato faz com que a maioria dos vereadores tenha se reelegido, apesar de ter diminuído a votação individual (35 em 67 ou 52,3%).

A análise de Nicolau (2002) mostra algumas diferenças entre esta situação e a disputa para a Câmara Federal. Em 1998, cerca de 39% dos candidatos à deputado somaram mais votos e se reelegeram, contra 30% em Pelotas no período 1976-2004 (32 em 108 casos). Outros 28% somaram menos votos e não se reelegeram na disputa nacional, sendo que, no município, o índice foi de um terço (36 em 108). O percentual de vereadores que não se elegeram, embora tenham aumentado a votação, é bastante semelhante àquele identificado por Figueiredo e Limongi (2002) para os pleitos de 1990 a 1998 na Câmara Federal (15%). Todavia, o percentual daqueles que tiveram sucesso quando perderam votos é superior no município (50,7%), pois aproximadamente 40% dos deputados federais estão nessa situação, seja em 1994, seja em 1998.

Se for considerado “normal” que um candidato que aumentou a votação consiga a reeleição e que aquele que a reduziu não obtenha sucesso, a maioria dos dados trazidos pela tab. 2 cumpre este axioma (68 dos 108 casos ou 63%). Este índice, no entanto, é um pouco menor do que aquele observado por Nicolau (2002, p. 230-231) nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1998 (66,7%), o que permitiu ao autor afirmar que

para cerca de um terço dos eleitores, a versão corrente sobre a capacidade dos votantes de punir seus representantes não se aplicaria, pois a diminuição da votação não significou a perda do mandato para o parlamentar.

A afirmação é importante, pois, assim como o eleitor tem relativamente limitada condição para punir um parlamentar, este tem limitada capacidade para viabilizar a eleição ao obter mais votos, tenham vindo tais acréscimos da qualidade do seu trabalho no exercício da

representação política ou das práticas tradicionais, como a patronagem e o clientelismo (Mainwaring, 2001). Nesse caso, a “accountability”, a responsabilização política, perde força, em detrimento de outros elementos que interferem tanto ou mais na busca de um novo mandato. Em outras palavras, como o caso de Pelotas mostra: há um número significativo de situações “anormais” (37%), logo a performance individual não se mostra suficiente para explicar o sucesso ou o fracasso na tentativa da reeleição.

Torna-se necessário agregar novos elementos à análise para compreender esses fatos, caso da colocação do candidato na lista partidária. Esta depende da competitividade interna a cada partido ou coligação, pois a efetiva avaliação do desempenho de um candidato está relacionada à votação dos outros componentes da lista. Assim, é perfeitamente possível que um concorrente aumente a quantidade de votos e melhore, mantenha ou piore o posicionamento na lista, bem como que diminua a performance em votos e melhore, mantenha ou piore de classificação.

Nas tabelas a seguir, vai-se explorar este elemento.

**Tabela 3** – Comparação da colocação na lista dos candidatos à reeleição na Câmara de Vereadores de Pelotas, quando conquistou o mandato e quando se reapresentou, no período 1976-2004

<b>Posicionamento</b>	<b>Posição na lista</b>	<b>%</b>
<b>Piorou</b>	49	45,4
<b>Não piorou</b>	59	54,6
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100</b>

Em termos de posicionamento na lista, 49 dos 108 recandidatos recuaram (45,4%), mas a maioria (59 ou 54,6%) não piorou, sendo que 35 melhoraram de posicionamento e 24 mantiveram a colocação. Dentre os que permaneceram na mesma posição, 11 não tinham a possibilidade de avançar, visto já serem o primeiro colocado na lista. Aliás, havia 24 recandidatos que figuravam no topo da lista, dos quais, como indicado, 11 mantiveram a posição e outros 13 recuaram.

**Tabela 4** – Resultado atingido pelos candidatos à reeleição na Câmara de Vereadores de Pelotas relacionado ao desempenho obtido na comparação da colocação na lista, quando conquistou o mandato e quando se reapresentou, no período 1976-2004

<b>Situação</b>	<b>Reeleito</b>	<b>Não reeleito</b>	<b>Total</b>
<b>Piorou</b>	16	33	49
<b>Não piorou</b>	51	8	59
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>41</b>	<b>108</b>

Quando se analisa o posicionamento na lista, o cenário torna-se um pouco menos inusitado do que aquele verificado ao ser observado a performance individual: dos 59 vereadores que não pioraram, 86,4% (51) se reelegeram; dos 49 que pioraram, 67,3% não se reelegeram (33), ou seja, 84 casos estão dentro das expectativas (77,7%). A questão é que oito não pioraram e também não se elegeram, 16 pioraram e, ainda assim, tiveram sucesso – equivalentes a 22,3% do total –, de tal modo que, dos 67 reeleitos, 76,1% (51) permaneceram na mesma posição ou melhoraram e 23,8% (16) caíram. Dentre os 41 não reeleitos, 80,5% pioraram (33) e 19,5% (oito) ficaram na mesma colocação ou melhoraram na ordem da lista.

Em resumo: quando se trata de reeleição, performance individual e colocação na lista são variáveis relacionadas, porém distintas e a melhoria em uma delas não torna automática, nem necessária a ocorrência do avanço na outra. O máximo que se pode afirmar é haver a tendência de que isso se verifique, mas a confirmação depende do estudo dos casos específicos.

Na seqüência, organizaram-se as 108 tentativas de reeleição, a partir das três variáveis observadas até o momento. São oito as possíveis combinações, haja vista que cada uma dessas variáveis contempla duas possibilidades: colocação na lista pior ou não pior (melhor ou igual); performance do candidato melhor ou pior<sup>2</sup> e busca da reeleição bem sucedida ou fracassada.

**Tabela 5** – Resultado dos candidatos à reeleição na Câmara de Vereadores de Pelotas, a partir da comparação entre a posição na lista, na eleição em que conquistou o mandato e a que se reapresentou, no período 1976-2004

Situação	Reeleito		Não reeleito		Total
	+ Voto	- Votos	+ Votos	- Votos	
Não piorou	31	20	1	7	59
Piorou	1	15	4	29	49
<b>Sub-total</b>	<b>32</b>	<b>35</b>	<b>5</b>	<b>36</b>	
<b>Total</b>		<b>67</b>		<b>41</b>	<b>108</b>

As relações entre as variáveis mostram a diversidade de situações: foram encontrados exemplos nas oito combinações possíveis, as quais serão analisadas a seguir.

O quadro 1<sup>3</sup> discrimina as 31 situações de reeleitos que melhoraram a votação pessoal e não pioraram na listagem pela qual

<sup>2</sup> A variável “votação do candidato” não comporta a perspectiva de um desempenho igual, embora seja possível que um candidato repita a mesma performance. No estudo específico, não foi encontrada essa situação.

<sup>3</sup> Com vistas a facilitar a leitura, todos os quadros (1 a 8) estão colocados ao final do texto.

concorreram (28,7% do total, 46,3% dos reeleitos, 60,8% dos que se reelegeram não tendo piorado de posição, 96,9% dos que não pioraram de posição e somaram mais votos e 96,9% daqueles que se reelegeram tendo somado mais votos).

Todos melhoraram a performance individual no mínimo 14,2%, sendo que 24 (cerca de 77%) cresceram, pelo menos, 25%. Tal desempenho se refletiu no posicionamento na lista pela qual concorreram: 19 melhoraram e 12 mantiveram a mesma colocação (sendo que cinco desses já eram primeiros colocados, ou seja, não tinham possibilidade de melhorar). Em outros termos: dos 26 que poderiam melhorar, 19 o fizeram (76%). Com essa performance, não surpreende que eles tenham conquistado a reeleição.

Como mostra o quadro 2, tem-se 29 vereadores que apresentam performance inversa: eles não se reelegeram ao piorarem a votação pessoal e caírem de colocação na lista, o que equivale a 26,9% do total, 70,7% dos não eleitos, 65,9% dos que pioraram de posição e somaram menos votos, 80,6% dos que não se reelegeram tendo somado menos votos e 87,9% dos que pioraram de posição e não se reelegeram.

Acrescenta-se o fato de que, dos 29 recandidatos em questão, 21 (72,4%) pioraram em, no mínimo, um terço a performance pessoal em votos absolutos, o que indica claramente que a não reeleição ocorreu em função do fracasso individual. Como reflexo, 25 (86,2%) caíram, no mínimo, quatro posições na lista, em comparação ao pleito em que haviam se eleito.

Há, portanto, 60 situações tidas como “normais” ou esperadas (55,6%). Todavia, elas podem não ser tão “lógicas” quanto se possa imaginar, pois vereadores com performances idênticas a dos apontados acima não tiveram o mesmo resultado. É necessário observar esses casos com atenção, visto que eles trazem algum tipo de peculiaridade, a qual precisa ser analisada em sua especificidade para uma compreensão mais efetiva da questão.

\* \* \*

Evidencia-se o caso de Carlos Alberto Marini (quadro 3), que aumentou o percentual de votos (no patamar mínimo de 0,01%), permaneceu na mesma colocação (quarto lugar) e não se elegeu. O episódio vincula-se à lógica de funcionamento do sistema eleitoral brasileiro: o candidato melhorou a votação pessoal, porém outros conquistaram ainda mais votos e colocaram-se à frente na disputa interna. Isso significa que, na prática, a performance dele foi melhor em comparação tão-somente com a que apresentou na eleição anterior, mas não em relação à competitividade existente na disputa mais recente.

No pleito de 1996, quando conquistou a vaga, Marini (PDT) concorreu por uma coligação que somou 31.420 votos – 28.585 foram obtidos pelo PDT e 2.835 pelo PCdoB – e conquistou quatro vagas: três ocupadas pelo partido dele e uma pelo parceiro. O candidato ficou com a última cadeira e foi o concorrente individualmente menos votado dentre os 21 eleitos (1.307), tendo ficado em 29º lugar na classificação geral.

Quatro anos depois, o PDT concorreu sozinho e somou 26.348 votos, menos do que em 1996, embora tenha conquistado as mesmas três cadeiras. Como já foi observado, Marini melhorou a performance: obteve 1.539 votos, 232 ou cerca de 17% a mais do que há quatro anos, o que se refletiu na colocação no ranking dos candidatos mais votados (avançou para o 20º lugar). A dificuldade é que foi ultrapassado por 57 votos, pela candidata Bete Rodrigues, que havia ficado na primeira suplência em 1996. Na prática, portanto, os dois trocaram de posição em relação à disputa anterior. Apenas para confirmar o que foi dito anteriormente: Bete Rodrigues, que havia somado 1.161 votos em 1996, passou a 1.596 em 2000, melhora de 435 votos ou 37,5%, sensivelmente mais significativa do que a apresentada por Marini.

\* \* \*

Milton Martins (quadro 4) figura como o único vereador que aumentou a participação no percentual de votos nominais, recuou na ordem de classificação da lista e, ainda assim, reelegeu-se. O mais interessante é que ele perdeu duas posições, apesar de ter somado 903 votos a mais do que na disputa anterior e melhorado a performance pessoal em 53,7%. Como visto anteriormente, esta situação é perfeitamente possível: ele pode ter melhorado, mas outros componentes da lista somaram ainda mais votos, o que mostra o quanto se intensificou a disputa interna, haja vista que outros candidatos tiveram desempenho ainda melhor.<sup>4</sup> A questão é: como se eleger, apesar do decréscimo?

No caso concreto, o acirramento se deu em um cenário de crescimento do desempenho da legenda, que passou de cerca de 16 mil votos em 1992 para aproximadamente 28 mil em 1996. O reflexo foi o aumento no número de cadeiras conquistadas pelo PT (duas para quatro) e é graças a esse crescimento que o vereador manteve a vaga, pois se o partido tivesse repetido o resultado de quatro anos atrás, ele ficaria na primeira suplência.

Além da disputa interna às listas, é preciso considerar o desempenho individual do vereador em relação à performance do partido ou da coligação pela qual disputa a eleição. À luz do caso em questão, torna-se evidente que a probabilidade de o candidato reeleger-se é maior se o partido ou coligação pela qual concorreu aumentar o número de cadeiras conquistadas, ainda que, eventualmente, ele perca posições na lista, em comparação ao pleito anterior (tenha ou não melhorado a performance pessoal).

Nesse sentido, a informação relativa à comparação entre a colocação dos candidatos na lista em dois pleitos incorpora certa dose de imprecisão, pois a maioria concorreu por listas diferentes (66 em 108 casos, 61,1%), seja porque trocou de partido no intervalo entre as duas

---

<sup>4</sup> Em realidade, o vereador concorreu em uma coligação formada por PT, PPS e PV. No entanto, o PT ficou com todas as vagas, razão pela qual citou-se apenas um partido.



eleições, seja porque a legenda a que estava filiado disputou um ou os dois pleitos coligada.<sup>5</sup>

A coligação cria um “partido virtual”, pois associa a votação de todos os candidatos e de todas as legendas que estão unidas, e distribui as eventuais cadeiras conquistadas pela aliança, conforme a ordem de classificação de cada candidato individualmente, independentemente da legenda a que pertence e do aporte de votos que esta agregou. Logo, é bastante provável que a colocação em uma lista não seja perfeitamente correspondente à classificação obtida na outra, apesar de servir como indicador do nível de competitividade enfrentada pelo concorrente a cada pleito. Este fato também ajuda a explicar porque alguns candidatos têm aproveitamento pessoal pior e mantêm a posição ou mesmo melhoram no ordenamento da lista, como mostra o quadro 5.<sup>6</sup>

Também é possível que o candidato consiga a reeleição ainda que a performance do partido, da coligação e a pessoal sejam piores, e ele recue ou permaneça na mesma ordem de classificação. Nesse caso, esta colocação tem de se manter na faixa correspondente às vagas conquistadas pela legenda.

A situação fica mais bem demonstrada ao observar-se o pleito de 1982, conforme consta nos quadros 5 e 6. Esta eleição diferencia-se das demais, pois na oportunidade a coligação não era permitida e os parlamentares não puderam trocar de partido durante a legislatura. Além disso, a mudança no tamanho das bancadas foi mínima: apenas o PDS teve desempenho negativo (passou de 10 para nove cadeiras, transferida ao PDT, que chegou a duas). Mas tal situação foi neutralizada, pois um dos vereadores do partido desistiu da disputa (Jader Marques Dias, que concorreu a deputado estadual), logo era tecnicamente possível que todos os recandidatos daquela legenda conseguissem a reeleição. Em outras palavras: o sucesso ou o fracasso dependia, fundamentalmente, do desempenho pessoal e do posicionamento na lista.

É nesse contexto que se pode entender porque sete candidatos se reelegeram, embora tivessem desempenho pior, sendo que cinco perderam posições e dois permaneceram na mesma colocação na lista partidária. A queda apresentada por esses candidatos (até três posições) não foi suficiente para que perdessem o mandato, tendo se dado no interior da faixa correspondente às cadeiras obtidas pelos partidos que, como observado, variou pouco em relação ao pleito anterior. Mais do que isso: em 1982, duas legendas conquistaram grandes bancadas (PDS nove e PMDB dez cadeiras), o que permitiu que houvesse margem de variação

---

<sup>5</sup> Para que o texto tenha validade, pondera-se que, no caso de ter disputado os dois pleitos em coligação, tais alianças devem ter composição diferente, o que, aliás, é regra em Pelotas: das 16 coligações identificadas entre 1988 e 2004, apenas uma repetiu-se integralmente (PDS-PL em 1992 e em 2000). (Barreto, 2007b)

<sup>6</sup> Alerta-se que esse fato pode ocorrer também quando o parlamentar concorre pela mesma listagem – como também demonstra o quadro 5 –, pois o fator primordial para a definição da ordem na lista é o desempenho pessoal em comparação ao dos correligionários.

de posicionamento na lista sem que o candidato perdesse o mandato. A repetição deste fato tornou-se mais difícil nos pleitos posteriores, quando o número de partidos representados aumentou, o tamanho médio das bancadas diminuiu e os grandes partidos do início dos anos 80 (PMDB, PDS e PDT) tornaram-se cada vez menores. (Barreto, 2007a)

\* \* \*

Há aqueles que somaram mais votos em termos relativos, porém recuaram na ordem de classificação da lista e não conquistaram a vaga. Foram registrados quatro casos, sendo que todos ocorreram na eleição de 2004 (quadro 7), o que não é uma coincidência, pois neste pleito surgiu um novo elemento que precisa ser incorporado à análise: a redução no número de vagas. O fato tornou mais provável que até mesmo candidatos que tivessem mantido a posição ou eventualmente avançado na listagem corressem o risco de não conseguir a reeleição, como será demonstrado na sequência.

Por outro lado, os sete casos constantes no quadro 8 incluem-se na situação já identificada: diminuíram a votação relativa, mas não recuaram na ordem da lista (seis cresceram e um não podia avançar, visto que já era primeiro colocado) e, ainda assim, não se reelegeram. A explicação para o fato de não terem perdido posições é que os parceiros na listagem tiveram desempenho ainda menos expressivo do que o deles. E eles não se reelegeram porque a lista pela qual concorreram apresentou aproveitamento pior, em comparação com a que eles haviam adotado no pleito anterior, quando obtiveram a vaga.

Um bom exemplo é o dos três vereadores que disputaram a eleição de 1992 pela coligação PFL-PRN. O partido a que estavam filiados (PFL) manteve as duas cadeiras que havia obtido anteriormente, porém as circunstâncias em que as conquistas ocorreram foram bem diferentes: em 1988, ele participava de uma coligação liderada pelo PDS, ao lado de PL e PTB, a qual somou oito cadeiras; quatro anos depois, liderava a aliança com o PRN, que obteve duas vagas. Desse modo, Rubens Bachini, que permaneceu na legenda, pôde conquistar a cadeira em 1988 sendo quarto na coligação PDS-PFL-PL-PTB, e ficou sem mandato em 1992, ao ser terceiro na aliança PFL-PRN. Mais difícil é a situação de Élbio Abreu e Wilmar Zitske, que estavam no PDS em 1988 (havia sido eleitos tendo ficado em sexto e sétimo lugares na coligação) e passaram para o PFL durante a legislatura, pois eles ficaram ainda mais longe da vaga: um ficou em quarto e o outro em sexto na lista.

Destacam-se a peculiaridade dos casos de Ney Dilla Bandeira e Bete Rodrigues, ambos primeiros colocados de suas listas, quando não se reelegeram (2004), sendo que um manteve a posição e o outro ascendeu a este posto. Com a redução no número de cadeiras, ocorrida naquele pleito, aumentou o número de votos necessário para a obtenção da primeira cadeira e a lista pela qual cada um concorreu não conseguiu atingir o cociente eleitoral. O detalhe é que se a Câmara tivesse permanecido com 21 cadeiras, ambos teriam conquistado a reeleição. (Barreto, 2007)

O caso de Edmar Campos é semelhante: o partido pelo qual concorreu, e obteve o primeiro lugar, não atingiu o cociente eleitoral, razão porque ele ficou sem um novo mandato. A diferença em relação aos dois anteriores é que o fato se deu, quando a Câmara permaneceu com as mesmas 21 vagas (2000).

### **Conclusão**

Neste momento, é importante reconstituir as possíveis justificativas para as situações identificadas. A principal observação retirada das análises é que uma diversidade de fatores atua concomitantemente no processo de tentativa de reeleição, o que confirma plenamente as afirmações constantes na bibliografia: o sistema eleitoral brasileiro possui altas doses de imprevisibilidade e nenhum dos elementos envolvidos na disputa consegue ter a certeza sobre o nível de desempenho necessário para atingir os seus objetivos (no caso específico, a reeleição). Por conseqüência, o elenco de combinações e de possibilidades é bastante vasto, o que dificulta definir precisamente quais elementos são imprescindíveis para o sucesso. O que se pode fazer é selecionar alguns e, a partir deles, formular cenários nos quais a probabilidade da obtenção de reeleição é maior ou menor.

Em tese, estará reeleito quem conseguir mais votos e uma melhor posição na listagem, quando esta conquista mais cadeiras, ou seja, quem apresenta índices positivos nos três indicadores de sucesso considerados. Porém, ainda assim o candidato pode perder a cadeira, visto que muitas das listas são coligações e, nesse caso, é preciso ponderar a partição de vagas entre os participantes da aliança.

Se aquele candidato que apresenta índices favoráveis nas variáveis selecionadas não tem a reeleição garantida, a situação é muito mais imprevisível para aqueles que não possuem indicadores de mesma intensidade.

Como foi visto, melhorar a performance individual é um indício de que o candidato estará em melhor posição na listagem, mas a relação não é automática nem necessária, visto que a colocação na lista depende da concorrência interna ao partido ou à coligação, sendo que a maioria dos candidatos participa de listagens diferentes a cada pleito.

Na mesma medida, estar em melhor posição na lista torna mais provável a reeleição, mas é preciso considerar se, como ocorreu em 2004, a quantidade de cadeiras disponível não sofreu redução. Todos esses elementos podem ser insuficientes, se a performance do partido ao qual está filiado o candidato for pior do que a apresentada no pleito em que ele conquistou o mandato.

Ao inverso, o candidato pode conseguir a reeleição embora diminua o desempenho pessoal e/ou o posicionamento na listagem e ainda que o partido diminua a quantidade de vagas conquistadas. A “mágica” está no fato de que, nesse caso, o recuo do candidato tem de

permanecer na faixa de classificação das vagas conquistadas pela legenda. E essa margem é cada vez mais estreita, visto que o tamanho das bancadas tem diminuído na Câmara, seja por causa do aumento de partidos representados (processo iniciado em 1988), seja pela redução no número de cadeiras (ocorrida em 2004).

---

**Abstract:** This paper deals with the reelection issue and other variables related to it. It is centered in the case of the Chamber of Councilmen of Pelotas (RS), in the elections of 1976 up to 2004, with the objective of identifying patterns and trends that remain or that are modified along the time, as well as carrying through a comprehensive analysis of the political and institutional meanings of these phenomena.

**Key words:** Re-election; parliamentary renewal; system politician; Chamber of Councilmen.

---

## Referências

### 1. Fontes primárias

DIÁRIO POPULAR. Pelotas. nov. 1982-nov. 2004.

DIÁRIO DA MANHÃ. Pelotas. nov. 1982-nov. 2004.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Dados Eleitorais. 1992-2004  
[www.tre-rs.gov.br]

INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. UFPel. *Banco de dados eleitorais*.

### 2. Livros e artigos

AMES, B. 2003. *Os Entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

\_\_\_\_\_. 1995. Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: bases of voting in the brazilian congress. *The Journal of politics*, 57 (2), may.

ARAÚJO, S. C.. 2002. *A Renovação parlamentar no Brasil*. Rio de Janeiro, 107p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Iuperj.

BARRETO, A. 2007a. *Mapeamento da distribuição de cadeiras de vereador em Pelotas (RS), entre os partidos políticos, conforme as eleições do período 1982-2004*. Pelotas : UFPel.

\_\_\_\_\_. 2007b. *Impacto da coligação nas eleições proporcionais: o caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1988-2004)*. Pelotas: UFPel.

\_\_\_\_\_. 2008. *Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004)*. Pelotas: UFPel.

CARNEIRO, L. P.; SCHMITT, R. A. 2001. Eleições casadas, resultados nem sempre solteiros: campanhas proporcionais e imagem partidária no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. *Opin. Publica*. Campinas, 3 (1).

FIGUEIREDO, A. / LIMONGI, F. 1996. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. *Cadernos de Pesquisa Cebrap*. São Paulo: Entrelinhas 5, out.

\_\_\_\_\_. 2002. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. *Dados*. Rio de Janeiro, 45 (2).

FLEISCHER, D. 1980. Renovação política – Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do ‘Pacote de Abril’. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 23 (2).

\_\_\_\_\_. 1981. O Pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo (1946-1967). *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 24 (1).

KLEIN, C. 2007. *O Desafio da reforma política*. Rio de Janeiro : Mauad.

LEONI, E. / PEREIRA, C. / RENNÓ, L.. 2003. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opin. Publica*. Campinas (9), maio.

LIMA JÚNIOR, O. B. (Org.). 1991. *Sistema eleitoral brasileiro – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj.

\_\_\_\_\_. 1993. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola.

\_\_\_\_\_. (Org.). 1997. *O Sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

MAINWARING, S. 2001. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas/Mercado Livre.

\_\_\_\_\_. 1991. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo (29).

NICOLAU, J. 1996. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

\_\_\_\_\_. 2002. *Como Controlar o Representante?: Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil*. *Dados*. Rio de Janeiro, 45 (2).

\_\_\_\_\_. 2006. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*. Rio de Janeiro, 49 (4).

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. 2001. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*. Rio de Janeiro, 44 (2).

SAMUELS, D. 2003. *Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil*. New York: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. 2000. Ambition and competition: explaining legislative turnover in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*. (25).

SANTOS, F. 1999. Recruitment and Retention of Legislators in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*. 24.

SANTOS, W. G. dos. 1997. Da Poliarquia à oligarquia? Eleições e demanda por renovação parlamentar. *Sociedade e Estado*. 12 (1), jan.-jun.

\_\_\_\_\_. 1987. *Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira*. São Paulo: Vértice.

\_\_\_\_\_. (Org.). 2002. *Votos e partidos. Almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

\_\_\_\_\_. 2003. *O Cálculo do conflito*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SCHMITT, R. A. 1999. Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo (54).

SOARES, G. A. D. / D'ARAÚJO, M. C. 1993. A imprensa, os mitos, e os votos nas eleições de 1990. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte (76).

ANEXO

Eleic.	Vereador	% votos nominais			Votação			Posição lista			Mudou	Lista		
		Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variaç.	Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variação n° absoluto de votos	Variaç. % do n° absoluto de votos	Ao se eleger	Ao tentar reeleição		Ao se eleger	Ao tentar reeleição	
1982	Raimundo Vieira Cunha	1,29	1,39	0,10	1,200	1,472	+		12	9	-3	Não	PMDB	PMDB
1982	Tuty Salomão	3,67	3,68	0,01	3,388	4,049	661	19,5	1	1	=	Não	PDS	PDS
1982	Mansur Maciuf	2,93	3,53	0,60	2,707	3,882	1,175	43,4	2	2	=	Não	PDS	PDS
1982	Flávio Coswig	1,51	2,85	1,34	1,393	3,136	1,743	125,1	8	8	-7	Não	PMDB	PMDB
1988	Marcelino Meina	0,65	1,08	0,43	711	1,529	818	15,0	2	2	=	Não	PDT	PDT
1988	Rubens Ávila	1,80	2,44	0,64	1,979	3,447	1,468	74,2	8	1	-7	Sim	PDS	PMDB
1988	Luiz Brandão	1,82	1,83	0,01	1,999	2,586	587	29,4	7	2	-5	Sim	PDS	PDS-PL-PL-PTB
1992	Valnei Tavares	2,16	2,30	0,34	3,046	3,592	546	17,9	1	1	=	Sim	PDT	PTB
1992	Adalim Medeiros	1,20	1,37	0,17	1,699	1,975	276	16,2	5	3	-2	Sim	PMDB	PMDB-PSDB-PCdoB
1992	Nelson Harter	1,43	2,60	1,17	2,022	3,743	1,721	85,1	3	1	-2	Sim	PMDB	PMDB-PSDB-PCdoB
1992	Mansur Maciuf	1,73	2,20	0,47	2,445	3,169	724	29,6	3	2	-1	Sim	PDS-PTL-PL-PTB	PDS-PL
1992	Jose Artur	1,18	2,21	1,03	1,666	3,179	1,513	90,8	5	1	-4	Sim	PDS-PTL-PL-PTB	PDS-PL
1992	Milton Martins	0,91	1,17	0,26	1,290	1,682	392	30,4	2	1	-1	Sim	PT-PSB	PT-PPS-PSB
1996	Pedro Godinho	1,82	2,18	0,36	2,623	3,452	829	31,6	2	1	-1	Sim	PMDB-PSDB-PCdoB	PMDB
1996	Mansur Maciuf	2,20	2,75	0,55	3,169	4,364	1,195	37,7	2	1	-1	Sim	PDS-PL	PDS
1996	Elio da Silveira	0,86	1,21	0,35	1,238	1,915	677	54,7	6	2	-4	Sim	PDS-PL	PDS
1996	Mattozo	1,07	1,34	0,27	1,535	2,065	530	34,5	4	3	-1	Sim	PMDB-PSDB-PCdoB	PDT-PCdoB
1996	Ney Dilla Bandeira	1,03	3,60	2,57	1,484	5,698	4,214	284,0	4	1	-3	Sim	PDT	PDT-PCdoB
1996	Ivan Duarte	0,90	2,15	1,25	1,296	3,402	2,106	162,5	2	2	=	Sim	PT-PPS-PSB	PT-PPS-PV
2000	Julio Honorio	1,29	1,30	0,01	2,045	2,364	319	15,6	1	1	=	Não	PFL	PFL
2000	Ademar Ornel	1,22	1,26	0,04	1,935	2,285	350	18,1	2	2	=	Não	PFL	PFL
2000	Adalim Medeiros	1,15	1,86	0,71	1,825	3,388	1,563	85,6	4	2	-2	Não	PMDB	PMDB
2000	Idemar Barz	0,91	1,17	0,26	1,436	2,124	688	47,9	3	1	-2	Sim	PDS	PDT
2000	Miriam Maroni	1,39	1,74	0,35	2,202	3,167	965	43,8	5	2	-3	Sim	PT-PPS-PV	PT-PCdoB
2004	Pedro Godinho	2,16	3,24	1,08	3,925	6,224	2,299	58,6	1	1	=	Não	PMDB	PMDB
2004	Idemar Barz	1,17	1,66	0,49	2,124	3,182	1,058	49,8	1	1	=	Sim	PDT	PTB
2004	Adalim Medeiros	1,86	2,01	0,15	3,388	3,868	480	14,2	2	2	=	Não	PMDB	PMDB
2004	Miriam Maroni	1,74	2,79	1,05	3,167	5,353	2,186	69,0	2	2	=	Sim	PT-PL-PCdoB	PT-PL-PCdoB
2004	Ademar Ornel	1,26	2,18	0,92	2,285	4,185	1,900	82,2	2	2	=	Sim	PFL	PFL-PSDB
2004	Osávio Soares	0,98	1,32	0,34	1,775	2,535	760	42,8	4	1	-3	Sim	PDS-PL	PSB
2004	Milton Martins	0,90	3,11	2,21	1,637	5,975	4,338	265,0	3	1	-2	Sim	PT-PCdoB	PT-PL-PCdoB

Quadro 1 – Indicadores de performance dos candidatos que se reelegeram, na Câmara de Vereadores de Pelotas, milionaram a participação relativa no total de votos nominais e não caíram de posição na lista, na comparação entre o pleito em que se reelegeram e aquele no qual conquistaram o mandato, no período 1976-2004

Eleic.	Vereador	% votos nominais			Votação				Posição lista			Mudou	Lista	
		Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac.	Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac. n° absoluto de votos	Variac. % do n° absoluto de votos	Ao se eleger	Ao buscar reeleição	Variac.		Ao se eleger	Ao tentar reeleição
1982	Francisco Paula Moraes	1,43	0,69	(-) 0,74	1.324	724	(-) 600	(-) 45,3	9	23	+14	Não	PMDB	PMDB
1982	Jocairi Louzada	1,39	0,99	(-) 0,40	1.288	1.048	(-) 240	(-) 18,6	10	16	+6	Não	PMDB	PMDB
1982	Roberto Dias	1,65	0,70	(-) 0,95	1.527	740	(-) 784	(-) 51,3	5	21	+16	Não	PMDB	PMDB
1982	Mário Pritsch	2,72	1,68	(-) 1,04	2.521	1.772	(-) 749	(-) 29,7	10	10	+7	Não	PDS	PMDB
1982	José Ozy Fogaça	2,17	1,07	(-) 1,10	2.004	1.135	(-) 869	(-) 43,4	6	15	+9	Não	PDS	PMDB
1982	José Karni	1,88	1,42	(-) 0,46	1.741	1.505	(-) 236	(-) 13,6	9	12	+3	Não	PDS	PMDB
1982	Dario Oliveira	1,81	0,46	(-) 1,35	1.670	485	(-) 1.185	(-) 71,0	10	28	+18	Não	PDS	PMDB
1988	Alvaro Ratto	1,53	0,29	(-) 1,24	1.618	415	(-) 1.203	(-) 74,4	11	39	+28	Sim	PDS	PDS-PFL-PL-PTB
1988	Mário Pritsch	1,68	0,67	(-) 1,01	1.772	944	(-) 828	(-) 46,7	10	16	+6	Sim	PDS	PDS-PFL-PL-PTB
1988	Edmundo Wendi	1,47	0,69	(-) 0,78	1.620	968	(-) 652	(-) 40,2	6	10	+4	Não	PMDB	PMDB
1988	Carlos Louzada	2,40	0,84	(-) 1,56	2.645	1.182	(-) 1.463	(-) 55,3	3	8	+5	Não	PMDB	PMDB
1988	Jogo Carlos Knopp	1,31	0,49	(-) 0,82	1.447	686	(-) 761	(-) 52,6	9	20	+11	Não	PMDB	PMDB
1988	Francoal Pereira	1,25	0,34	(-) 0,91	1.377	478	(-) 899	(-) 65,3	10	25	+15	Não	PMDB	PMDB
1988	Mário Antonio	2,32	0,34	(-) 1,98	2.559	473	(-) 2.086	(-) 81,5	4	26	+24	Não	PMDB	PMDB
1988	Uli Dias	1,79	0,70	(-) 1,09	1.973	992	(-) 981	(-) 49,7	1	7	+6	Não	PDT	PDT
1992	Almir Buss	1,07	0,36	(-) 0,71	1.506	513	(-) 993	(-) 34,1	8	16	+8	Sim	PDS-PFL-PL-PTB	PDS-PL
1992	Vitor Afrânio	0,97	0,79	(-) 0,18	1.363	1.136	(-) 227	(-) 16,7	3	7	+4	Sim	PDT	PMDB-PSDB-PCdoB
1992	Jones Maschio	0,86	0,73	(-) 0,13	1.219	1.044	(-) 175	(-) 14,4	4	9	+5	Não	PDT	PDT
1992	Marconilo Meira	1,08	0,34	(-) 0,74	1.529	494	(-) 1.035	(-) 67,7	2	18	+16	Sim	PDT	PMDB-PSDB-PCdoB
1992	Ivan Aune	0,76	0,38	(-) 0,38	1.077	547	(-) 530	(-) 49,2	5	16	+11	Não	PDT	PDT
1992	Luiz Brandão	1,83	0,77	(-) 1,06	2.386	1.112	(-) 1.474	(-) 57,0	2	8	+6	Sim	PDS-PFL-PL-PTB	PDT
1996	Velocino Cardoso	1,08	1,00	(-) 0,08	1.560	1.579	19	1,2	3	4	+1	Sim	PFL	PFL
2000	Rubens Avila	1,57	0,61	(-) 0,96	2.483	1.113	(-) 1.370	(-) 52,4	2	9	+7	Sim	PDT-PCdoB	PDT
2000	Elio da Silveira	1,21	0,75	(-) 0,46	1.915	1.370	(-) 545	(-) 28,5	6	6	+4	Sim	PDS	PDS-PL
2000	Valdir Rodrigues	0,92	0,33	(-) 0,59	1.457	606	(-) 851	(-) 58,4	2	8	+6	Sim	PSDB	PTB
2004	Jesus David	0,69	0,38	(-) 0,31	1.255	776	(-) 529	(-) 42,2	3	5	+2	Não	PMDB	PMDB
2004	Mateozo	0,83	0,67	(-) 0,16	1.512	1.288	(-) 224	(-) 14,8	1	6	+5	Não	PSB	PSB
2004	Jones Maschio	0,98	0,82	(-) 0,16	1.787	1.583	(-) 204	(-) 11,4	2	6	+4	Sim	PDT	PTB
2004	Michel Halal	1,35	1,19	(-) 0,16	2.453	2.283	(-) 170	(-) 6,9	2	3	+1	Sim	PDS-PL	PSB

Quadro 2 – Indicadores de performance dos candidatos que não se reelegeram, na Câmara de Vereadores de Pelotas, pioraram a participação relativa no total de votos nominais e caíram de posição na lista, na comparação entre o pleito em que se apresentaram e aquele no qual conquistaram o mandato, no período 1976-2004



Eleic.	Vereador	% votos nominais			Votação				Posição lista			Lista		
		Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variaç.	Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variacão n° absoluto de votos	Variac. % do n° absoluto de votos	Ao se eleger	Ao buscar reeleição	Variaç.	Mudou	Ao se eleger	Ao tentar reeleição
2000	Carlos Alberto Marini	0,83	0,84	0,01	1.307	1.539	232	17,8	4	4	=	Sim	PDT-PCdoB	PDT

**Quadro 3** – Indicadores da performance do candidato que não se reelegeu, na Câmara de Vereadores de Pelotas, embora tenha aumentado a participação relativa no total de votos nominais e mantido a posição na lista, na comparação entre o pleito em que se reapresentou e aquele no qual conquistou o mandato, no período 1976-2004

Eleic.	Vereador	% votos nominais			Votação				Posição lista			Lista		
		Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variaç.	Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variacão n° absoluto de votos	Variac. % do n° absoluto de votos	Ao se eleger	Ao buscar reeleição	Variaç.	Mudou	Ao se eleger	Ao tentar reeleição
1996	Milton Martins	1,17	1,63	0,46	1.682	2.585	903	53,7	1	3	+2	Sim	PT-PPS-PSB	PT-PPS-PV

**Quadro 4** – Indicadores da performance do candidato que se reelegeu, na Câmara de Vereadores de Pelotas, tendo melhorado a participação relativa no total de votos nominais e caído de posição na lista, na comparação entre o pleito em que se reapresentou e aquele no qual conquistou o mandato, no período 1976-2004

Eleic.	Vereador	% votos nominais			Votação				Posição lista			Mudou	Lista	
		Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac.	Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac. n° absoluto de votos	Variac. % do n° absoluto de votos	Ao se eleger	Ao buscar reeleição	Variac.		Ao se eleger	Ao tentar reeleição
1982	Uli Dias	*	1,79	*	4.006	1.973	(-)2.033	(-)50,7	1	1	=	Não	PDT	PDT
1982	Rubens Bachini	2,66	2,42	(-)0,24	2.454	2.660	206	8,4	4	4	=	Não	PDS	PDS
1988	Adalim Medeiros	1,36	1,20	(-)0,16	1.492	1.699	207	3,9	7	5	-2	Não	PMDB	PMDB
1988	Mário da Silveira	2,29	1,21	(-)1,08	2.524	1.711	(-)813	(-)32,2	5	4	-1	Não	PMDB	PMDB
1988	Almir Buss	1,69	1,07	(-)0,62	1.865	1.506	(-)359	(-)19,2	9	8	-1	Sim	PDS	PDS-PFL-PL-PTB
1988	Élbio Abreu	1,88	1,13	(-)0,75	2.068	1.591	(-)477	(-)23,1	6	6	=	Sim	PDS	PDS-PFL-PL-PTB
1988	Rubens Bachini	2,42	1,43	(-)0,99	2.660	2.015	(-)645	(-)24,2	4	4	=	Sim	PDS	PDS-PFL-PL-PTB
1992	Rubens Avila	2,44	1,86	(-)0,58	3.447	2.679	(-)768	(-)22,3	1	1	=	Sim	PMDB	PDT
1996	Adalim Medeiros	1,37	1,15	(-)0,22	1.975	1.825	(-)150	(-)7,6	3	3	=	Sim	PMDB-PSDB-PCdoB	PMDB
1996	Julio Honório	1,37	1,29	(-)0,08	1.973	2.045	72	3,6	2	1	-1	Sim	PFL-PRN	PFL
1996	Valdir Rodrigues	1,01	0,92	(-)0,29	1.451	1.457	6	0,4	5	2	-3	Sim	PMDB-PSDB-PCdoB	PSDB
1996	Otávio Soares	1,63	1,34	(-)0,33	2.343	2.123	(-)220	(-)9,4	3	1	-2	Sim	PDS-PL	PTB-PL
1996	Flávio Coswig	1,58	1,25	(-)0,33	2.280	1.976	(-)304	(-)13,3	2	1	-1	Sim	PDT	PSDB
2000	Mansur MacLuf	2,75	1,43	(-)1,32	4.364	2.597	(-)1.767	(-)40,5	1	1	=	Sim	PDS	PDS-PL
2000	Ney Dilla	3,60	1,56	(-)2,04	5.698	2.834	(-)2.864	(-)50,3	1	1	=	Sim	PDT-PCdoB	PTdoB
2000	Pedro Godinho	2,18	2,16	(-)0,02	3.452	3.925	473	13,7	1	1	=	Não	PMDB	PMDB
2000	Milton Martins	1,63	0,90	(-)0,73	2.585	1.637	(-)948	(-)36,7	3	3	=	Sim	PT-PPS-PV	PT-PCdoB
2000	Jesus David	0,92	0,69	(-)0,23	1.460	1.255	(-)205	(-)14,0	4	3	-1	Não	PMDB	PMDB
2000	Ivan Duarte	2,15	1,82	(-)0,33	3.402	3.308	(-)94	(-)2,8	2	1	-1	Sim	PT-PPS-PV	PT-PCdoB
2000	Mattozo	1,30	0,83	(-)0,47	2.065	1.512	(-)553	(-)26,8	3	1	-2	Sim	PDT-PCdoB	PSB

Quadro 5 – Indicadores de performance dos candidatos que se reelegeram, na Câmara de Vereadores de Pelotas, pioraram a participação relativa no total de votos nominais e não caíram de posição na lista, na comparação entre o pleito em que se reapresentaram e aquele no qual conquistaram o mandato, no período 1976-2004

Eleic.	Vereador	% votos nominais			Votação			Posição lista			Mudou	Lista		
		Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac.	Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac.	Variac. n° absoluto de votos	Variac. % do n° absoluto de votos	Ao se eleger		Ao buscar reeleição	Variac.	Ao se eleger
1982	Mário da Silveira	2,39	2,29	(-) 0,10	2.207	2.524	317	14,4		3	+2	Não	PMDB	PMDB
1982	Mário Antonio	5,67	2,32	(-) 3,35	5.329	2.559	(-) 2.770	(-) 52,0		1	+3	Não	PMDB	PMDB
1982	Edmundo Wendt	1,89	1,47	(-) 0,42	1.751	1.620	(-) 131	(-) 7,5		4	+2	Não	PMDB	PMDB
1982	Elbio Abreu	2,63	1,88	(-) 0,75	2.433	2.068	(-) 365	(-) 15,0		5	+1	Não	PDS	PDS
1982	Almir Buss	2,15	1,69	(-) 0,46	1.987	1.865	(-) 122	(-) 6,1		7	+2	Não	PDS	PDS
1988	Nelson Harter	2,76	1,43	(-) 1,33	3.033	2.022	(-) 1.011	(-) 33,3		2	+1	Não	PMDB	PMDB
1988	Mansur Maciuf	3,53	1,73	(-) 1,80	3.882	2.445	(-) 1.437	(-) 37,0		2	+1	Não	PDS	PDS-PFL-PTB
1992	Olávio Soares	1,98	1,63	(-) 0,35	2.801	2.343	(-) 458	(-) 16,4		1	+2	Sim	PDS-PFL-PTB	PDS-PL
1996	Nelson Harter	2,60	1,55	(-) 1,05	3.743	2.453	(-) 1.290	(-) 34,5		1	+1	Sim	PMDB-PSDB-PCdoB	PMDB
1996	Ademar Ornel	1,82	1,22	(-) 0,60	2.620	1.935	(-) 685	(-) 26,1		1	+1	Sim	PFL-PRN	PFL
1996	Rubens Avila	1,86	1,57	(-) 0,29	2.679	2.483	(-) 196	(-) 7,3		1	+1	Sim	PDT	PDT-PCdoB
2000	Eduardo Abreu	0,86	0,76	(-) 0,10	1.362	1.381	19	1,4		1	+1	Não	PSB	PSB
2000	Olávio Soares	1,34	0,98	(-) 0,36	2.123	1.775	(-) 348	(-) 16,4		1	+3	Sim	PTB-PL	PDS-PL
2004	Mansur Maciuf	2,16	1,48	(-) 0,68	3.925	2.841	(-) 1.084	(-) 27,6		1	+2	Sim	PDS-PL	PDS-PV
2004	Ivan Duarte	1,82	1,47	(-) 0,35	3.308	2.831	(-) 477	(-) 14,4		1	+3	Sim	PT-PCdoB	PT-PL-PCdoB

Quadro 6 – Indicadores da performance dos candidatos que se reelegeram, na Câmara de Vereadores de Pelotas, pioraram a participação relativa no total de votos nominais e caíram de posição na lista, na comparação entre o pleito em que se reapresentaram e aquele no qual conquistaram o mandato, no período 1976-2004

Eleic.	Vereador	% votos nominais			Votação			Posição lista			Mudou	Lista		
		Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac.	Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac.	Variac. n° absoluto de votos	Variac. % do n° absoluto de votos	Ao se eleger		Ao buscar reeleição	Variac.	Ao se eleger
2004	Julio Honório	1,30	1,52	0,22	2.364	2.919	555	23,5		1	+3	Sim	PFL	PFL-PSDB
2004	Jacira Porto	0,86	1,16	0,30	1.568	2.231	663	42,3		4	+2	Sim	PT-PCdoB	PT-PL-PCdoB
2004	Eduardo Abreu	0,76	0,97	0,21	1.381	1.863	482	34,9		2	+5	Sim	PSB	PT-PL-PCdoB
2004	Pastora Leda	0,99	1,32	0,33	1.794	2.535	741	41,3		3	+1	Sim	PDS-PL	PTB

Quadro 7 – Indicadores da performance dos candidatos que não se reelegeram, na Câmara de Vereadores de Pelotas, melhoraram a participação relativa no total de votos nominais e caíram de posição na lista, na comparação entre o pleito em que se reapresentaram e aquele no qual conquistaram o mandato, no período 1976-2004

Vereador	% votos nominais			Votação				Posição lista			Lista		
	Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac.	Ao se eleger	Ao tentar reeleição	Variac. n° absoluto de votos	Variac. % do n° absoluto de votos	Ao se eleger	Ao buscar reeleição	Variac.	Mudou	Ao se eleger	Ao tentar reeleição
1992	1,13	0,72	(-) 0,41	1.591	1.041	(-) 550	(-) 34,6	6	4	-2	Sim	PDS-PFL-PL-PTB	PFL-PRN
1992	1,43	1,05	(-) 0,38	2.015	1.514	(-) 501	(-) 24,9	4	3	-1	Sim	PDS-PFL-PL-PTB	PFL-PRN
1992	1,07	0,68	(-) 0,39	1.509	977	(-) 532	(-) 35,3	7	6	-1	Sim	PDS-PFL-PL-PTB	PFL-PRN
1996	0,83	0,78	(-) 0,05			32	2,7	6	5	-1	Sim	PMDB-PSDB-PCdoB	PMDB
2000	1,11	0,56	(-) 0,55	1.197	1.229			2	1	-1	Sim	PTB-PL	PPS
2004	0,88	0,78	(-) 0,10	1.730	1.016	(-) 734	(-) 41,9	2	1	-1	Sim	PTB-PL	PPS
2004	0,88	0,78	(-) 0,10	1.596	1.490	(-) 106	(-) 6,6	3	1	-2	Não	PDT	PDT
2004	1,56	1,13	(-) 0,43	2.834	2.171	(-) 663	(-) 23,4	1	1	=	Sim	PTdoB	PTdoB-PHS-PMN

**Quadro 8** – Indicadores de performance dos candidatos que não se reelegeram, na Câmara de Vereadores de Pelotas, pioraram a participação relativa no total de votos nominais e não pioraram de posição na lista, na comparação entre o pleito em que se reelegeram e aquele no qual conquistaram o mandato, no período 1976-2000